
INFÂNCIA ESCOLAR NA PARAÍBA: O IDEÁRIO REPUBLICANO E O DISCURSO SOBRE A INFÂNCIA¹

Dra. Maria do Socorro de Nóbrega Queiroga
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
socorroqueiroga@gmail.com
Luciana Priscila Santos Carneiro
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
luciana-priscila@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este ensaio é o resultado do Relatório Final 2009/2010, do programa PIVIC e tem como finalidade apresentar os dados referentes à pesquisa intitulada “Estudo Histórico da Infância Escolar no Período Republicano na Paraíba”, destacando no processo de investigação, sobretudo a descrição das análises dos dados resultantes da pesquisa aos documentos.

O objeto que propusemos para estudo foi analisar os discursos sobre a infância na República até as três primeiras décadas do século XX na Paraíba. Nosso interesse era investigar os registros existentes nos diferentes arquivos no município de João Pessoa, e deles resgatar os discursos que atravessaram esse tempo histórico, tomando como referencial para as análises os manuais escolares, os boletins de educação, jornais, revistas de educação, entre outros, buscando indícios dos elementos que compunham o processo civilizatório, ou seja, os valores e as crenças da sociedade sobre as crianças.

A investigação tomou como base teórica, o paradigma dos Estudos Culturais, e as noções de arqueologia e genealogia, e a noção de “poder-saber” de Michel Foucault construídas ao longo de algumas obras importantes deste autor (1977; 1982; 2002), cujo foco são as formas que assumem as relações de poder, em diferentes âmbitos sociais, produzindo verdades sobre a realidade.

O referencial de leitura dos dados resultantes da pesquisa foram: o cenário sócio-político dos documentos resgatados; as ideias e os enunciados que instituem a infância no

¹ A pesquisa desenvolvida utilizou parte significativa do referencial teórico-metodológico da área de pesquisa, das publicações (QUEIROGA, 1993; 2005b; 2006; 2008a; 2008b; 2009a; 2009b; 2010a; 2010b), e da Tese de Doutorado produzida pela orientadora da presente investigação, intitulada “O discurso do fracasso escolar como tecnologia de governo da infância: a arqueologia de um conceito (QUEIROGA, 2005a), na qual autora faz uma análise arqueológica e genealógica do conceito de fracasso escolar, a partir dos discursos sobre as crianças com histórias de “trajetórias minoritárias” na escola.

período que compreende a pesquisa e a análise sobre o distanciamento dos discursos e das ações realizadas na escola. O último referencial, mais significativo, é entender como todos eles se articulam e são instituídos e incorporados pelas relações de poder no âmbito escolar.

Compreendemos que os discursos são reveladores das verdades de um tempo, dos aspectos que a sociedade considera importantes do processo civilizatório. No tempo histórico analisado, ou seja, os anos posteriores à Primeira República, e o intervalo de 1930/1960 quando o Brasil empenhava-se na realização de diversos projetos no âmbito econômico, social, cultural, e, sobretudo educacional.

O universo da pesquisa forneceu elementos para a análise e confronto dos discursos semeados desde o Período Republicano e das teorias empregadas pelos diversos estudos, sobre as “instituições disciplinares”, cuja representação mais significativa no ocidente, desde a modernidade tem sido a escola. Escola como forma de disciplinamento da infância, através de estratégias de regulação como a classificação e codificação, além do “cuidado”. (FOUCAULT, 1977; ARRIÈS, 1978; ELIAS, 1994), os quais capturam a infância através de discursos prescritivos cuja visibilidade em publicações de época, nos dão a dimensão das verdades produzidas sobre a infância e as crenças que as sustentavam, sob cenários políticos, culturais, econômico e sociais particulares.

Seguindo essa estratégia teórico-metodológica problematizamos a temática: que saberes/verdades sobre a infância compõem os manuais de educação, os chamados “livros de leitura”, os boletins, os discursos dos jornais, os quais constituíam as preocupações e demandas seculares? Que enunciados sobre a infância como categoria social tinham visibilidade no período republicano e em inícios do século XX? E mais importante: o que esses discursos silenciaram sobre a infância?

Muitos estudos discutem a produtividade dos dispositivos disciplinares no sentido de que é através dos mesmos que as figuras de autoridade da escola agem sobre os comportamentos “desviantes” dos escolares, tidos como “diferentes”, como parte de uma formação discursiva sobre as pessoas “ordinárias”, os “anormais”, na perspectiva de Foucault (2002), a fim de naturalizar práticas de disciplinamento que tenham efeitos para a escola que evidenciem a “regeneração” dos escolares que contrariam as normas estabelecidas.

A leitura dos documentos em suas diversas camadas, e, na perspectiva, portanto de um “outro olhar” e de “um outro lugar” tendo em vista a construção do objeto de estudo, possibilita-nos desnaturalizar os discursos reificados sobre a infância, através da utilização da análise arqueológica e genealógica, fazendo uma interface com as condições objetivas da

paisagem econômica, social, educacional e política do período histórico estudado, no sentido da desconstrução discursiva a partir, da consideração das relações de poder e da produção de saber.

Essa perspectiva de análise visa compreender a trajetória arqueológica desses discursos, buscando caracterizar as suas diferentes ênfases – se mais de teor psicológico, pedagógico ou jurídico –, problematizando acerca dos seus efeitos de sentido, como a criação de políticas públicas voltadas a “sanar” supostas “anormalidades das crianças. Assim, buscamos “deixar falar” os documentos, o que dizem e o que silenciam sobre o devir das crianças e o seu presente.

A produção do discurso da infância: fundamentos

A emergência dos saberes modernos e das ciências humanas, relaciona-se com a entrada em cena da população como alvo de intervenção da governamentalidade² estatal, a especialização dos saberes e a emergência dos especialistas, momento de invenção da infância como categoria social, objeto de interesse das ciências “autorizadas” a falar sobre as crianças.

Os estudos envolvendo temáticas sociológico-históricas (ELIAS, 2004; ARRIÈS, 1978) interrogam o interesse crescente pela criança, desde a modernidade, caracterizado inicialmente por um deslocamento do sentido de um sentimento “lúdico” nos séculos XI e XII, para uma visão da infância associada à inocência e fraqueza a partir do século XIII na realidade européia, se dá sob a influência dos moralistas e dos educadores. Mas é somente no século XVIII que a infância passa a ser singularizada, especificada; passa a ser objetivada como interesse psicológico e preocupação moral; a criança é um ser a quem é preciso disciplinar e racionalizar os costumes, e a invenção da escola foi fundamental nesse sentido (ARIÈS, 1978; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001).

A construção da escola moderna como maquinaria de regulação da infância esteve atrelada desde o seu início às necessidades ligadas à moral e à política, razões completamente imbricadas à regeneração das massas, contra a perturbação da ordem social e de proteção do patrimônio privado. Às condições de pobreza estavam associados maus hábitos, desordem,

² Entendemos o “governo” como tal como era significada no século XVI: “se referia não apenas às estruturas políticas ou à administração dos estados; designava, em vez disso, a forma pela qual a conduta dos indivíduos ou grupos podia ser dirigida; o governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes... Governar, nesse sentido é estruturar o campo possível de ação dos outros” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 87).

crime, vagabundagem, legitimados pelo saber médico-higienista e as ferramentas teóricas da eugenia – demarcadores da base científica e classificatória do indivíduo “normal, possibilitando a repartição das “classes perigosas” (WALKERDINE, 1998), ou seja, o deslocamento de um problema moral para um problema científico. É o processo normalizador desencadeado pelos saberes modernos que vai produzir uma infância “anormal”, “inadaptada” e produzir e tratar de uma criança portadora de “dificuldades de aprendizagem” ou de “problemas escolares”. (QUEIROGA, 20005a)

Esse processo de mudanças no cenário europeu, sobretudo na França, emerge e é intensificado no Brasil, cujo clímax atinge o período republicano, sobretudo Nas primeiras três décadas do Século XX, quando a autonomia constitucional dos Estados possibilita e incentiva políticas de instrução e educação, sob a crença inabalável no poder modelador da educação e da escola.

Desde a proclamação da República, a preocupação com a infância, sobretudo a infância a ser educada na escola, tem visibilidade nos discursos e nas práticas não-discursivas a partir de três elementos: o primeiro deles refere-se à retórica Iluminista e sua crença no poder do conhecimento e da razão; o segundo relaciona-se à instauração dos Estados Nacionais; e o terceiro, à necessidade de constituição de um Estado Nacional independente (PATTO, 1996; HOBBSAWM, 1982).

O ideário republicano vem a fomentar a valorização da infância, significada como herdeira do novo regime que se instalava. Essa ideia faz parte do ideário do movimento caracterizado como “entusiasmo pela educação”, quando a escola elementar para o povo passou a ser vista como possibilidade para as transformações republicanas (GHIRALDELLI JR, 1998). É nesse cenário de mudanças nas relações de poder e nas formas de sociabilidade, que se intensificam as preocupações com a infância, principalmente a infância “vadia”, “ignorante” e “pobre”, processo circularmente ligado à emergência do esquadramento da população de modo geral e da infância em particular, pela medicina social.

Os livros de leitura, parte dos documentos investigados, são importantes disseminadores de valores relativos às civilidades e se propunham preparar as futuras gerações (na escola ou fora dela) para as transformações dos costumes, e dos comportamentos; exerceram um importante papel na formação dos cidadãos republicanos, pois através deles foram produzidos e circularam na educação escolarizada variados conteúdos relativos à moral, ao civismo, à higiene, ao trabalho e construindo a ideia de uma nação moderna e civilizadora. Tais preceitos estavam associados à formação de um cidadão

moderno, ordeiro, responsável pelo engrandecimento da Pátria e pela harmonia dita necessária ao bem estar social (CUNHA, 2009).

A partir da leitura dos documentos, pareceu-nos que a regularidade, ou o elemento que atravessa e tem continuidade nas diferentes épocas investigadas era a preocupação com a criança como objeto de regulação e governo, como objeto de intervenção disciplinar.

A pesquisa documental foi por nós tratada como “registro escrito que possa ser usado como fonte de informação, por meio de investigação, que engloba: observação, leitura, reflexão e crítica da obra [...] e que levará em consideração seus aspectos internos e externos. No caso da crítica externa, serão avaliadas suas garantias e o valor de seu conteúdo [...], (relacionada e aplicada apenas às fontes primárias, que é o caso dos documentos da nossa pesquisa) e compreende a crítica do texto, da autenticidade e da origem” (GONÇALVES, 2005, p. 60). Outros estudos tratam sobre as dificuldades e desafios da utilização de fontes documentais (BACELLAR, 2008)

Complementando essa perspectiva metodológica, utilizamos a análise arqueológica³ dos documentos levando em consideração sua potencialidade para “estabelecer a constituição dos saberes privilegiando as interrelações discursivas e sua articulação com as instituições”, e assim responder ao “como” “os saberes aparecem e se transformam” (MACHADO, 2000, p. x, grifo do autor).

Para o interesse desse estudo, a arqueologia nos permitiu compreender as articulações que enredam os discursos sobre as crianças e a infância, no sentido de “escavar verticalmente as camadas descontínuas de discursos já pronunciados, muitas vezes de discursos do passado, a fim de trazer à luz fragmentos de ideias, conceitos, discursos já esquecidos” (VEIGANETO, 2003, p. 54).

Foi o interesse pela infância que possibilitou a produção de discursos de verdade, de crenças e regras seculares, como pode ser visto no fragmento de um texto de época abaixo:

O essencial na infância é a formação de bons hábitos. “Durante os annos de infancia elle está sendo modelado por um certo padrão de character. Os Paes podem fazer muito durante a infancia e a meninice para determinar qual deve ser esse padrão.” (IHGP, 022, 1937)

³ A arqueologia, enquanto história dos discursos ou dos saberes constitui-se em uma ruptura em relação à epistemologia, ao se colocar como independente em relação a qualquer ciência e como uma crítica da própria ideia de racionalidade ao desconstruir a ideia de verdade, formulando seu objeto no nível anterior ao da história epistemológica (MACHADO, 2000, p. x).

É o processo de mudanças que possibilitou a fabricação (ALBUQUERQU E JÚNIOR, 2001) da ideia de “anormalidade”, presente em grande parte dos discursos que atravessam o tempo histórico da pesquisa: ser “anormal” faz parte das descontinuidades e rupturas ocorridas na vida em sociedade e impulsionadoras das instituições disciplinares, como os hospitais, o exército e a escola (FOUCAULT, 1978; 2002). Os discursos e as práticas não-discursivas são enunciações que possibilitaram a construção das ideias ligadas ao “anormal”, sobre as “coisas ordinárias”, sobre os indivíduos “desviantes”.

Nesse sentido a educação escolar torna-se mecanismo fundamental para a forma moderna de disciplinamento dos sujeitos, uma maquinaria privilegiada para a produção de discursos e de práticas “regenerativos” “que possibilitam a transformação de uma condição de aglomeração das massas confusas composta de “bárbaros”, “incultos”, “analfabetos”, “selvagens” e ‘perigosos”. (ALVAREZ-URIA, 1991, p. 200)

No trato com esses elementos, trazendo-os para “iluminar” nossas reflexões acerca do interesse pela infância no Brasil, em tempos recentes, como os observados na pesquisa, pode-se dizer: primeiro, que os ares da década de 1930 respiravam ainda o ideário da Primeira República, agora incrementado pelos interesses de um período caracterizado pelo início do processo de industrialização na Era Vargas, no campo econômico e político.

Após a Primeira Guerra, está criado o chão fértil para o desenvolvimento das estratégias e produções discursivas com enunciados nacionalistas, como uma das formas de ordenamento da sociedade, as quais, desde o final do século XVIII regem as práticas e os discursos no Ocidente impondo aos homens e às mulheres a necessidade de ter uma nação, superando suas vinculações localistas. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001)

Um segundo ponto a ser levantado diz respeito às décadas posteriores desse estudo (1950/1960), período efervescente das lutas por educação, tendo em vista os crescentes processos de industrialização e de ampliação das oportunidades de trabalho e, conseqüentemente das especializações. (ROMANELLI, 1995; GHIRALDELLI JUNIOR, 1994; FREITAG, 1986) Tempo, portanto em que os olhares voltam-se para uma preocupação de ordem “desenvolvimentista”, agora vinculada à preocupação com o “planejamento” (QUEIROGA, 2005a).

No Brasil da década de trinta o processo de substituição das importações é fortalecido, provocando um aumento da produção do mercado interno, com o crescente desenvolvimento da indústria nacional. As conseqüências desse processo econômico-político e cultural se

prolongam até o início dos anos de 1960, correspondendo a um significativo aumento e diversificação do processo de substituição de importações.

As transformações relacionadas ao processo crescente de urbanização, como efeito da reorientação do modelo econômico, intensificam a demanda social por educação; e, mais importante — e como elemento desencadeador desse processo — faz emergir novos sujeitos sociais, os quais passam a reivindicar escola, tendo em vista a ampliação de suas possibilidades de trabalho na sociedade que se industrializa.

O que dizem os discursos presentes nos documentos: a análise dos dados da pesquisa

É significativo nas escolas e entre os educadores a preocupação com a classificação e codificação das crianças que se afastam das supostas parâmetros de “anormalidade”, enunciado presente no tempo abrangido pela pesquisa, através da “vontade” de formar cidadãos “normais” para a sociedade, e da educação da infância, ajustada e útil à sociedade. Desse modo, as crianças passam a ser subjetivadas a partir de parâmetros de normalidade, através de novos equipamentos referenciados na necessidade de medir, classificar e disciplinar.

Pesquisas feitas comprovam a preocupação de educadores com a infância e a educação na Paraíba, sobretudo a partir dos anos 40, quando o campo educacional escolar no Brasil era fortemente influenciado pelas concepções européias. Muitos documentos de época sinalizam as contribuições das professoras da época aludida (MACHADO; NUNES; MENEZES, 2009, p. 15-24) e nos permitem a viagem pelo universo da infância escolar paraibana desde finais do século XIX. Desta forma, é que aos poucos fomos compreendendo os discursos, nos apropriando e adentrando aos documentos fontes da pesquisa.

Ponto chave em nossa pesquisa, o período republicano iniciado em finais do Oitocentos, caracterizou-se pela vontade de saber e de verdade, no que se refere às mudanças nos diversos campos da vida em sociedade, como já foi destacado antes. Nesse sentido, a educação passa a constituir-se em preocupação intelectual e moral, requisito básico para as transformações sonhadas pelos revolucionários republicanos.

Percebe-se nos discursos analisados a partir dos documentos uma relação entre a ressignificação das necessidades da infância e as novas atribuições de sentidos em relação às funções da escola, tomando como referencial discursivo a compreensão da importância do processo educativo aliado ao desenvolvimento individual, os conceitos de “capacidade” e de

“aptidão”, desenvolvidos pela psicologia. Essa era a tendência hegemônica em relação à educação escolar presente no ideário da Escola Nova, por exemplo, até antes da Primeira Guerra nos países em que esse discurso estava presente no campo educacional.

O marco histórico da descontinuidade dos discursos sobre as crianças nos jornais pesquisados foram as novas configurações das relações de poder no campo político-econômico: a expansão da educação, interligada à valorização do capital, tem início no Brasil em meados dos anos de 1950, tempo em que tem visibilidade as matérias de jornais, revistas etc, demonstrando uma verdadeira preocupação com a educação e a sociedade, como sistemas interligados. Na Paraíba não é diferente, e parecia se deixar influenciar pelos novos ares dos acontecimentos do país, e é fácil encontrar em jornais da época a preocupação em expandir a educação, construindo muitas escolas e dando lugar à educação de jovens e adultos.

Em diferentes épocas vão ocorrendo transformações nos enunciados sobre as crianças “anormais” e “normais”, não muito distantes em seus significados, mas em estreita correlação, descontinuidades e continuidades. No final da década de trinta, por exemplo é visível em tabelas consultadas por nós, determinações sobre a criação de bons e maus hábitos das crianças como guia para os pais.

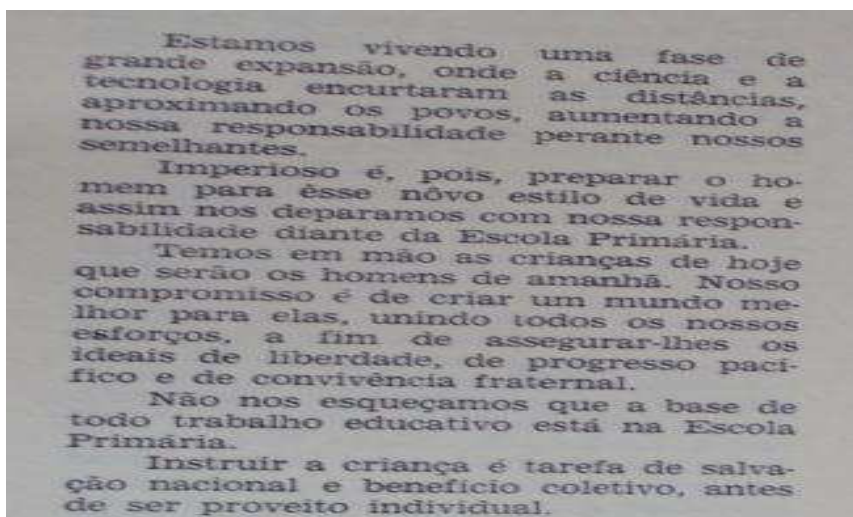
No final da década de 1940 e começo da década de 1950 os discursos tratam do ato de fazer o bem e o mal como capazes se tornar inconscientes, e se fixaram na personalidade da criança. Como no Boletim da Sociedade dos Professores Primários da Parahiba, datado de 15 de setembro de 1949, número 2, “As crianças normaes adquirem empiricamente as noções do bem e o mal, quando os seus actos são louvados ou reprovados. O louvor e a reprovação completam uma noção obscura, innata, que o individuo traz dessas entidades como legado de espécie.”

A década de 1960 no Brasil, no campo educacional escolar caracteriza-se pela hegemonia da pedagogia em versões predominantemente tecnicistas, resultantes dos movimentos que caracterizaram o processo de construção do capitalismo – naquele momento, pelo seu crescimento acelerado – e, conseqüentemente das novas demandas voltadas à formação para a capacitação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho, visíveis nos documentos analisados, como no fragmento abaixo:

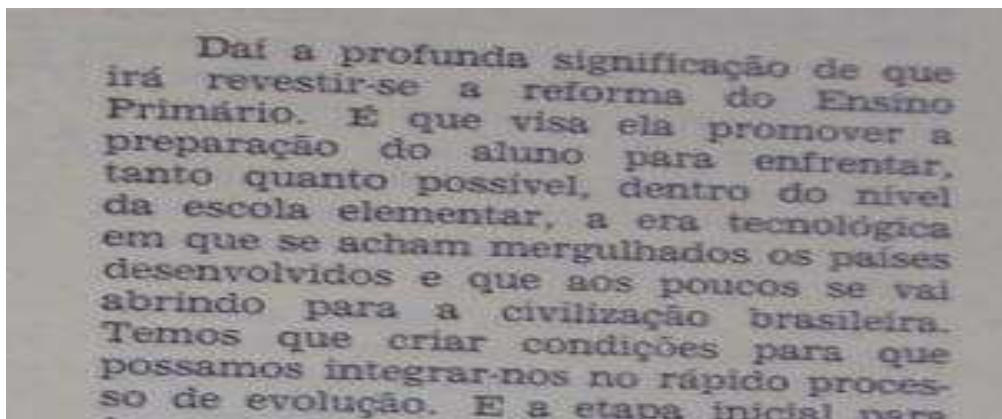
Isto é dizer que devemos dar a cada criança oportunidades para aprender de acordo com sua capacidade. A escola tem o dever de ajudar tôdas elas, em suas necessidades básicas, para que se realizem completamente desenvolvendo-se e tornando-se membros sadios, ajustados e úteis a sociedade à qual pertencem. (IHGP, 1968)

É nesse cenário das relações de poder político ao nível mundial, e do movimento militar de 64 no Brasil, sob a égide do desenvolvimentismo, e no plano da produção de saber as configurações históricas articuladas ao discurso liberal da economia, consubstanciado na teoria do capital humano e, no campo pedagógico, na teoria do déficit cultural, que vai se processar um deslocamento dos discursos sobre a educação, e sua despolitização, quando esta passa a ser significada como um fator econômico, de desenvolvimento, progresso, modernização. Em documentos de 1968 observa-se uma descontinuidade nos discursos sobre a infância escolar, mas uma continuidade dos enunciados ligados à anormalidade: mesmo permanecendo como enunciado central apresenta novos sentidos.

Em confronto com os discursos e demandas de décadas anteriores, nota-se uma transformação no conceito de infância, e do significado dos fins da escola: a preocupação maior não é mais a simples alfabetização, ou as questões de higiene das crianças; nas décadas de 1950/1960 entra em cena as noções de “capacidade” e “aptidão”, como podemos ver a seguir:



FONTE: IHGP. O Ensino é Notícia, 15 de setembro de 1968



FONTE: IHGP. O Ensino é Notícia, 15 de setembro de 1968

Vê-se a relação estreita e cheia de sentidos entre a ressignificação das necessidades da infância, e as novas atribuições de sentidos em relação à função social da escola, tomando como referencial discursivo a compreensão da importância na função geral do processo educativo do desenvolvimento individual, característico dos novos tempos capitalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário da pesquisa caracteriza-se por diferentes momentos do processo de construção da história da educação brasileira, que como todo acontecimento caracteriza-se pela contradição, pela descontinuidade, em relação aos grupos e instituições em luta pela hegemonia de seus aparatos discursivos e não-discursivos, pelo ordenamento dos escolares através de estratégias de regulação corporificadas nas ações de poder e governo do Estado sobre a população. O que possibilita-nos uma compreensão sobre o processo de deslocamento histórico dos discursos – inicialmente mais de cunho eugenista, depois desenvolvimentista.

Conhecer os mecanismos que instituem os discursos sobre a criança, compreendendo-os nas suas articulações com a realidade possibilita-nos apontar caminhos para a construção de uma educação como ato de resistência que interroga o instituído nas relações de poder e de produção de saber, ou seja, o regime de verdade no republicanismo e na modernidade, enunciados centrais das décadas pesquisadas, como forma de compreender e intervir no tempo presente.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. **A invenção do nordeste e outras artes**. 2. ed. Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALVAREZ-URIA, Fernandez & VARELA, Julia. **Arqueologia de la escuela**. Madrid: La piqueta, 1991.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla B. (Org.) **Fontes históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CORAZZA, Sandra M. **O que quer um currículo?** pesquisas pós-críticas em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CUNHA, MARIA T. S.; FERNANDES, Marlene N. **Manuais escolares e civilidades**: série de leitura graduada pedrinho (décadas de 50 a 70 do século xx). 2009. (*mimeo*).

DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR, 1994. Vol. 1.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1977.

_____. **Microfísica do poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: GRAAL, 2000.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GONÇALVES, Hortência, de A. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: AVERCAMP, 2005.

HOBBSAWM, Eric. J. **A era do capital**: 1848-1875. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MACHADO, Charliton J. dos S.; NUNES Maria L. da S.; MENEZES, Cristiane Sousa de. A mulher e a educação: pelos fios da memória. In: MACHADO, Charliton J. dos S.; NUNES Maria L. da S. (ORG.) **Educação e educadoras na Paraíba do século XX**. João Pessoa, PB. Ed. Universitária da UFPB, 2009.

PARAÍBA. Decretos: Projeto de orçamento provincial para o ano de 1889. **Boletim da Diretoria geral da instrução pública primária**. Estado da Parahyba. 1889. Caixa 001/1889/1891.

PARAÍBA. Decretos: Projeto de orçamento provincial. **Boletim da Diretoria geral da instrução pública primária**. Estado da Parahyba. 1889. Caixa 002/1893.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T.A. Queiroz, 1996.

QUEIROGA, Maria do S. N. **O discurso do fracasso escolar como tecnologia de governo da infância:** a arqueologia de um conceito. 2005a. f. 442. (Tese de Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

_____. Governando a infância para regenerar a raça: arqueologia do discurso eugenista em educação. In: **Anais do VI Congresso luso-brasileiro de história da educação**. p. 2312-2322, Uberlândia, Abr. 2006. (CD-ROM).

_____. O governo dos escolares e a produção do discurso do fracasso escolar. **Colóquio brasileiro educação na sociedade contemporânea (COBESC)**. p. 810-816, Campina Grande, PB, Jun. 2008. (CD-ROM).

_____. De servos de deus a escolares: a trajetória da infância como problema. **II Colóquio internacional educação e contemporaneidade**. p. 1-16, Aracaju, SE, Set. 2008. (CD-ROM).

_____. O governo dos corpos infantis: a produção e distribuição do discurso da eugenia no campo da educação. **Revista VIVÊNCIA**– ISSN 0104-3064. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFRN). (Out/2010).

VEIGA-NETO, Alfredo J. **Foucault e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WALKERDINE, Valerie. Uma análise foucaultiana da pedagogia construtivista. In: SILVA, Tomaz T. da. (Org.). **Liberdades reguladas:** a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.